



MEIO AMBIENTE

Apesar de R\$ 100 milhões terem sido liberados antes, boletim sobre as queimadas mostra que 61.250 hectares foram devastados entre 1º e 7 de julho — área duas vezes maior que Fortaleza

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Brigadista do Prevfogo/Ibama observa, desolado, a área devastada pelo incêndio no Pantanal. Crédito extraordinário será dividido entre três ministérios

Mais R\$ 137 mi contra incêndio no Pantanal

» PEDRO JOSÉ*

O governo federal abriu um crédito extraordinário de pouco mais de R\$ 137 milhões para o combate aos incêndios que vêm devastando o Pantanal. De acordo com o mais recente boletim do Ministério do Meio Ambiente sobre a situação das chamas no bioma, 61.250 hectares foram queimados apenas na semana entre 1º e 7 de julho — uma área duas vezes maior que Fortaleza (CE).

Ao todo, o total de crédito destinado chega a mais de R\$ 237 milhões — R\$ 100 milhões haviam sido liberados anteriormente. Os recursos serão direcionados à Polícia Federal (PF), ao Fundo Nacional de Segurança Pública, às operações de combate aos incêndios florestais pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), além das Forças Armadas pela operações de suporte.

Nessa nova linha de crédito, a distribuição por ministério é a seguinte: o do Meio Ambiente e Mudança do Clima receberá R\$ 72,3 milhões; o da Justiça e Segurança Pública, R\$ 5,7 milhões; e o da Defesa, R\$ 59,7 milhões.

Em período de El Niño, algumas regiões ficam muito vulneráveis. O Pantanal tem terrenos ricos em matéria orgânica, que queimam ao serem expostos a uma alta temperatura, baixa umidade e condições favoráveis de produção de fogo*

Marcelo Dutra, doutor em ciências, ecólogo e professor da UFRG*

Porém, segundo Marcelo Dutra, doutor em ciências, ecólogo e professor da Universidade Federal de Rio Grande (UFRG), não há como saber se o montante reservado pelo governo federal será o suficiente para o combate eficiente aos danos no Pantanal.

Quadro inalterado

Ele acredita que seja necessário nova suplementação de verba, pois as condições climáticas tendem a se manter como estão — com baixa umidade e temperaturas altas. “Nada indica que vá amenizar, a não ser que as condições do tempo mudem e as chuvas voltem”, adverte.

Entre os dias 1º de janeiro e 7 de julho deste ano, 762.875 hectares foram afetados pelas chamas — ou seja, 5,05% do bioma. Neste período, foram registrados 3.919 focos de calor, sendo 79% deles no Mato Grosso do Sul e 21% em Mato Grosso.

Relatório do Ministério do Meio Ambiente mostra que parte dos incêndios ocorridos em maio e junho foi causada por ações humanas. Porém, as queimadas são atribuídas, sobretudo, ao déficit hídrico por causa da falta de chuvas. “Enfrentamos mais uma consequência do aquecimento global. Em período de El Niño, algumas regiões ficam muito vulneráveis. O Pantanal tem terrenos ricos em matéria orgânica, que queimam ao serem expostos a uma alta temperatura, baixa umidade e condições favoráveis de produção de fogo”, observa Marcelo Dutra.

» Rios amazônicos sofrem alterações

O desmatamento e as queimadas, somados às mudanças climáticas, estão entre as causas da alteração do regime hidrológico dos rios da Amazônia, que se intensificou nos últimos anos. Isso levou à ocorrência de cheias e secas mais severas, e em menor intervalo de tempo. O alerta foi feito, ontem, na 76ª reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em Belém, pelo pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia Jochen Shöngart. Ele mostrou que nas duas primeiras décadas do século 21, registrou-se nove cheias severas — o mesmo havido em todo o século passado. Destacou, ainda, que a enchente e a vazante na Amazônia apresentaram uma variação de 1,6m, o que faz com que os rios sequem ou encham antes do esperado. Essa alteração impacta as áreas de florestas alagadas, prejudicando as atividades econômicas e os ribeirinhos, que dependem desses recursos para a sobrevivência.

OPERAÇÃO RIFAS

Ex-BBB é investigado por lavagem de dinheiro

» RENATO SOUZA

O influenciador digital, humorista e ex-BBB Nego Di (Dilson Alves da Silva Neto) e a mulher, Gabriela Souza, foram alvos, ontem, de uma operação contra lavagem de dinheiro, realizada pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRGS). Os dois são acusados de irregularidades ao realizar rifas pela internet. Ela foi presa por estar de posse de uma arma de uso restrito sem registro, e solta, horas depois, depois de pagar R\$ 14 mil de fiança.

As investigações apuram desvios de R\$ 2 milhões. A Operação Rifa\$ foi deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) e pela Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre. A incursão foi para buscar provas relacionadas à lavagem de dinheiro decorrente da promoção de sorteios com premiações em dinheiro e bens de alto valor — que não teriam sido entregues às vítimas.

A operação foi realizada no litoral de Santa Catarina e contou com apoio do

Gaeco catarinense. Dois veículos de luxo foram apreendidos. Os agentes também encontraram munição e uma arma de uso restrito das Forças Armadas, sem registro — que causou a prisão de Gabriela.

Nego Di ficou conhecido por fazer postagens de apoio ao ex-presidente Jair Bolsonaro e por promover ataques a integrantes do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em maio, ele fez uma postagem nas redes sociais ofendendo a primeira-dama Janja com palavras de baixo calão. “P... de carteira assinada”, escreveu. Após repercussão negativa, o humorista apagou a publicação.

Mas, dias antes de ofender a primeira-dama, Nego Di publicou um vídeo chamando a ministra Simone Tebet (Planejamento e Orçamento) de “idiota”, “burra”, “anta” e “m...”.

Ontem, assim que a operação contra o ex-BBB e a mulher foi divulgada pela imprensa, Janja fez uma postagem nas redes sociais, porém, sem citar o nome de Nego Di. “O mundo não dá voltas, capota!”, publicou a primeira-dama no X (antigo Twitter).

Divulgação/MPRGS



Pistola que estava com a mulher de Nego Di. Ela foi presa, mas liberada após pagar fiança

Outro que se manifestou foi o youtuber Felipe Neto, que é desafeto de Nego Di. “Um dos orgulhos da minha vida é ver a índole das pessoas que vivem fazendo publicações contra mim. Foi realizada busca e apreensão na casa do ‘humorista’. A esposa foi presa em flagrante por posse de arma de uso exclusivo das Forças Armadas. 2 veículos de luxo apreendidos”, publicou, também no X.

Nego Di participou da edição de 2021 do BBB. A defesa do influencer divulgou nota afirmando que não teve acesso aos autos, mas que “a inocência dos investigados será provada em momento oportuno”. Segundo os advogados, “qualquer divulgação de informações carece de cautela para evitar uma condenação prévia e irreparável à imagem dos investigados”. (Com Agência Estado)

IANOMÂMIS

Um ano depois, ajuda apresenta precariedades

» MARIA BEATRIZ GIUSTI*
» VITÓRIA TORRES*

Apesar da aprovação, pela Câmara dos Deputados, da Medida Provisória (MP) MP 1.209/24, que destina R\$ 1 bilhão para proteger os ianomâmis e combater o garimpo ilegal, a situação entre eles pouco mudou, um ano depois da crise humanitária que constatou a morte e a desnutrição entre os indígenas. A denúncia foi feita em uma reunião da comissão externa da Casa que acompanha a situação dos nativos em Roraima.

Beto Goés, representante da Associação Yanomami do Rio Cauaburis e Afluentes, questionou a falta de iniciativa do governo federal em cuidar da população originária. Ele foi enfático ao criticar as políticas públicas estabelecidas no início de 2023, que, conforme disse, não chegam às aldeias que delas precisam.

“O governo federal tem cuidado, sim; tem feito, sim, pelo povo ianomâmi. Só que não chega, não se vê. Essa realidade é triste para o meu povo. Sabemos que o governo injetou verba federal para a saúde ianomâmi. E o resultado, principalmente em Roraima?”, cobrou.

O Correio ouviu lideranças indígenas, que também se mostraram preocupadas sobre a efetividade das políticas públicas. Para o advogado do Conselho Indígena de Roraima (CIR), Ivo Cípio Aureliano, a crise humanitária dos ianomâmis é um grito de socorro que não pode ser ignorado. “A MP é um passo importante, mas deve ser seguido por ações concretas e eficazes. A legislação, o governo federal e a sociedade civil precisam unir esforços para garantir a sobrevivência e a dignidade do povo. Isso, não ocorrerá caso a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) continuar enfrentando a falta de investimentos na instituição”, lamentou.

Complexidade

A deputada federal Célia Xakriabá (PSol-MG) destacou a complexidade e a continuidade da crise humanitária que afeta os ianomâmis, afirmando que as dificuldades enfrentadas por essa população são resultado de anos de negligência de diversos governos. No entanto, para a deputada, a situação se agravou durante o de Jair Bolsonaro, quando o garimpo ilegal na reserva cresceu 90%.

A deputada ainda levantou a possibilidade de subnotificação das mortes entre os ianomâmis, nos últimos cinco anos, devido ao desmonte de políticas públicas. Mas reconheceu os esforços do governo federal, que vem dando uma atenção que, até então, era negligenciada.

“É simplista pensar que os números das mortes cairiam com a simples mudança de governo”, observou.

Já o Ministério dos Povos Indígenas (MPI) reconheceu a gravidade da situação, mas informou que houve uma queda de 73% no número de alertas de garimpos na Terra Indígena Yanomami, entre 2023 e 2024. Segundo a pasta, em cinco meses de ações contra garimpos neste ano, o governo federal estima que o prejuízo financeiro dos invasores é de cerca de R\$ 110 milhões — um aumento de 40% nos custos para a extração de ouro na região.

De acordo com o Censo Demográfico de 2023, cerca de 27,1 mil indígenas vivem no território ianomâmi. O Ministério da Saúde registrou 363 mortes de indígenas, em 2023, um aumento de quase 6% em relação ao ano anterior.

*Estagiários sob a supervisão de Fábio Grecchi